

"Não existem soluções fáceis ou miraculosas"

A seguir, os principais trechos do depoimento do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, no Senado Federal:

"A situação atual mostra que não existem soluções fáceis ou miraculosas para a intrincada questão da dívida externa dos países em desenvolvimento. Há uma clara necessidade de tempo para que se promova uma saída ordenada da crise, abrangendo esforços de todos os atores envolvidos: os bancos, os países industrializados, os organismos multilaterais e os países do Terceiro Mundo."

"Os bancos precisam de tempo para absorver perdas, especialmente junto aos países de menor renda, que será o preço a pagar pela imprudência dos anos 70. Os descontos no mercado secundário de dívidas dos países do Terceiro Mundo, antes frequentado apenas por bancos de menor porte e hoje por uma parcela crescente das grandes instituições financeiras, são uma evidente demonstração de que o processo de absorção de prejuízos já começou."

"A moratória deveria ter se seguido de uma imediata renegociação com os bancos privados, os únicos atingidos com a suspensão dos pagamentos. A demora no restabelecimento das negociações, no entanto, acarretou custos financeiros adicionais para o Brasil e um grande desgaste em nosso relacionamento com a comunidade financeira internacional como um todo."

"Na negociação com os ban-

cos, ora em curso, conseguimos reescalonar a dívida vincente no período de 1987 a 1993 (período de consolidação) no valor de US\$ 63,6 bilhões por 20 anos, com oito de carência. Reescalonamos, assim, 94% da dívida, melhorando consideravelmente o perfil do nosso endividamento."

"O novo **spread** acordado com os bancos é de 13/16% a.a. (0,8125%) sobre a **libor**, e vigorará a partir de 1º/1/88 para os depósitos no Bacen (D.F.A. — Deposit Facility Agreements) e a partir de 1º/1/89 para toda a dívida do setor público. Não haverá mais taxa **prime** sobre todos esses contratos. Com isso o Brasil ganha duplamente na questão dos juros, pois a **libor** tradicionalmente tem ficado abaixo da taxa **prime** nos Estados Unidos. Além disso, o Brasil foi dispensado do pagamento de juros moratórios previstos nos contratos, a partir de fevereiro de 1987, representando uma economia de cerca de US\$ 300 milhões."

"Atualmente o Brasil paga juros trimestrais aos bancos. A partir da vigência do novo acordo esse pagamento será feito semestralmente. Com isso o Brasil economizará, já em 1988, cerca de US\$ 600 milhões em seu fluxo de caixa."

"A retomada do diálogo com o FMI também se constitui em aspecto fundamental do processo de normalização de relações com a comunidade financeira internacional. Se é verdade que o FMI não mudou em essência, é também verdade que aprendeu muito

com a experiência dos últimos anos. Os programas de ajustamento já não buscam o equilíbrio do balanço de pagamentos e das contas públicas no curtíssimo prazo."

"O programa de ajustamento que estamos discutindo teria que ser realizado com ou sem a participação do Fundo. Antes de serem uma exigência do FMI, os ajustamentos que estamos promovendo na economia são uma necessidade para a retomada do desenvolvimento."

"As recentes medidas adotadas para reduzir o déficit público fazem parte deste processo de ajustamento. A limitação do endividamento de Estados, municípios e empresas estatais, a adequação da folha de salários do setor público às reais possibilidades do Tesouro Nacional, e o fim do subsídio ao trigo não são medidas isoladas nem esgotam o esforço que deve ser empreendido para o saneamento financeiro do setor público. A elas se seguirão outras, como a redução de outros gastos de custeio, a privatização de empresas estatais e a desregulamentação da economia."

"Dentre estes fatores, merecem destaque a necessidade de se repensar o papel do Estado na economia — tanto em sua dimensão regulatória quanto na condição de produtor direto de bens e serviços — e de se rever o excesso de proteção e regulamentação na área do comércio exterior. Estes dois aspectos corresponderam a momentos específicos de nosso processo de desenvolvimento e,

não obstante fundamentais para que avançássemos na consolidação, integração e diversificação de nossa estrutura produtiva, hoje representam um freio à continuidade de crescimento."

"No plano externo, devemos evitar uma política errática que oscile entre o conformismo e a confrontação. É preciso assegurar continuidade ao processo negociador. O estágio de desenvolvimento atingido pela economia brasileira não permite seu isolamento, sob pena de sério risco de retrocesso."

"É ilusório imaginar que um país sozinho possa mudar todo um sistema. Reconhecer que a estratégia que vem sendo seguida desde 1982, mesmo com as melhorias recentes, representa uma distribuição injusta do ônus da crise em desfavor dos países endividados não nos autoriza a buscar soluções imediatistas e utópicas para a complexa questão da dívida externa."

"O governo optou pelo caminho da negociação, buscando mudanças progressivas que tragam uma solução mais justa para o problema da dívida. A própria evolução dos fatos no contexto internacional tenderá a estimular soluções adequadas nesse sentido."

De outra parte, para que o processo de negociação em curso possa, em todas as suas fases, produzir os resultados que dele se espera, é imprescindível que o Brasil reconstrua sua base de credibilidade."